



Economia cresce 0,9% no terceiro trimestre de 2024, diz IBGE

Big tech é excluída do rol de Inteligência Artificial de alto risco

Página 6

Governo SP disponibiliza linha de crédito que incentiva o setor de Rádio e TV

Página 2

Entidades comemoram PIB mas alertam para pressão inflacionária

O crescimento do setor de serviços (0,9%), da indústria (0,6%), e da agropecuária (0,9%) foram aspectos positivos apontados por entidades empresariais do país diante do anúncio de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), em 0,9% no trimestre, feito na terça-feira (3) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As federações da indústria de São Paulo (Fiesp) e do Rio de Janeiro (Firjan), assim como a Federação Nacional dos Bancos (Febraban), divulgaram notas à imprensa nas quais citam como relevantes o crescimento, destacaram os vários setores da economia em crescimento – demanda doméstica, dinamismo do mercado de trabalho e crescimento do crédito.

“Outro fator importante que contribuiu para o último PIB trimestral foram os investimentos, que mostram recuperação ao longo do ano. Com isso, a relação investimentos/PIB também segue em trajetória de alta”, ressaltou, em nota, Isaac Sidney, o presidente da Febraban.

A Firjan citou a quarta alta consecutiva do investimento (+2,1%), o que eleva a taxa para 17,6% do PIB. “No entanto, a federação pontua que essa taxa permanece abaixo dos 21% observados entre 2010 e 2013, bem como da média dos países emergentes, de 32%, revelando que o Brasil ainda precisa sustentar esse nível de crescimento por um longo período até atingir o patamar registrado em 2013”, alerta a entidade do Rio de Janeiro.

Apesar do destaque ao quadro positivo, a Fiesp aponta que o cenário atual aponta para uma desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira em 2025. “O maior aperto das condições financeiras somado ao menor impulso fiscal à frente e ao cenário externo mais desafiador tende a limitar o ritmo de expansão da atividade, sobretudo dos setores mais cíclicos”.

A Febraban vai na linha das demais no que se refere ao futuro. Para a federação dos bancos, é necessário começar a olhar para 2025 com mais atenção. “A demanda privada doméstica tem crescido a um ritmo muito intenso, com alta acumulada em tomo de 5,5% no ano. Com isso, temos visto o aumento das pressões inflacionárias (com números críticos em alguns segmentos no atacado, especialmente na parte de alimentos)”.

E conclui que: “Além disso, o país precisa continuar ambiçionando um plano crível e consistente de contenção dos gastos públicos. E precisamos criar as condições para que o Banco Central não precise, por tempo indefinido, aumentar os juros para nível ainda mais elevado, o que poderia inibir esse processo de crescimento econômico e de retomada dos investimentos”. (Agência Brasil)

Agroindústrias terão R\$ 546,6 bilhões em investimentos até 2029



Foto/Ricardo Stuckert/PTF

Página 3

Renda do contrato intermitente foi menor que salário-mínimo em 2023

Página 4

Debate sobre desinformação adia votação de projeto que regula IA

Página 6

DÓLAR	
Comercial	Turismo
Compra: 6,06	Compra: 6,12
Venda: 6,07	Venda: 6,30

EURO	
Compra: 6,39	Venda: 6,39

Esporte

Rally de Campos do Jordão

Puma, Vectra e duas gerações de Mustang são os vencedores

Falta de energia em São Bento do Sapucaí fez a etapa noturna de sexta-feira ter um desafio extra aos participantes

Uma das melhores provas de todos os tempos do MG Club do Brasil. O Rally de Campos do Jordão, o 114º organizado pelo clube, terminou no sábado (29 de novembro) com equilíbrio entre carros nacionais e importados: vitórias do Puma GTE 1977 de Alexandre Loures Penna/Marcelo Ibarra Figallo (categoria Clássico), do Chevrolet Vectra GSí 1994 de Antônio Marcucci/Ana Cláudia Marcucci (APP) e do Ford Mustang Fastback 1969 de Fernando Leibel/Sandro Dib (Livre). Na Turismo, aberta a automóveis fabricados de 2000 em diante e sem disputa por troféus, Roberto Faisco/Vilma de Jesus Silva ficaram em primeiro lugar com um Ford Mustang Mach 1 2022.

O Rally de Campos do Jordão foi disputado em forma de minicampeonato, com três provas: Noturna (na sexta-feira, 28/11), Diurna 1 e Diurna 2 (sábado, 29/11). Os participantes fizeram percursos por vias públicas com médias horárias predeterminadas, perdendo um ponto por segundo de atraso ou adiantamento pelos pontos de aferição. Cada prova gerou um resultado que atribuiu pontos de 25 ao vencedor a 1 para o 15º colocado de cada categoria. A vitória no rally seria atribuída a quem somasse mais pontos nas três provas.

A prova noturna, com largada e chegada na Pousada do Quilombo, em São Bento do Sapucaí (o ponto central do Rally de Campos do Jordão), teve um componente inespera-

do: faltando menos de meia hora para a largada, toda a cidade foi afetada por falta de energia elétrica – a própria Pousada do Quilombo ficou às escuras. Mesmo assim, a largada aconteceu. A prova ficou muito mais difícil: o percurso era conhecido por alguns participantes, mas a escuridão total, quebrada apenas pelas luzes dos próprios automóveis, deixou as referências visuais muito diferentes. Por coincidência, a luz voltou no hotel logo depois da chegada dos últimos carros.

Apesar das previsões meteorológicas, as duas provas diurnas transcorreram sem chuva. Foram duas etapas: Pousada do Quilombo-Sítio do Picapau Amarelo (na cidade de Monteiro Lobato) e do Sítio ao Museu CARDE, em Campos do Jordão. O sistema de minicampeonato contribuiu para todas as categorias serem decididas na última prova (veja resultados abaixo) e teve o efeito desejado ao manter todos os competidores motivados do começo ao fim do rally. Após a visita, os participantes voltaram à Pousada do Quilombo para descanso e, à noite, jantar e entrega dos troféus.

Américo Nesti, presidente do MG Club do Brasil: “O Rally de Campos do Jordão foi muito bom. Com desafios, mas sem contratempos, o que fez a prova ser agradável e tranquila para todos. A confraternização faz parte dos nossos eventos e esteve presente neste, com alegria geral e ótimas conversas. Sempre procuramos incluir pontos de interesse histórico e cultural nos percursos, e neste ano tivemos dois: o Sítio do Picapau Amarelo e o Museu



Puma GTE 1977 de Alexandre Loures Penna/Marcelo Ibarra, vencedor na Clássico

CARDE. O museu é um marco, tanto pelos automóveis do acervo quanto pelas obras de arte, fotos e vídeos históricos. Tudo de altíssimo nível. O MG Club do Brasil foi o primeiro a visitar o CARDE e ficamos muito agradecidos pela acolhida que tivemos”.

Manoel Cintra, diretor esportivo do MG Club do Brasil – “Foi uma edição sensacional. Muita gente nova, com 34 carros, um recorde desde que passamos a centralizar o rally na Pousada do Quilombo. A prova noturna acabou sendo surreal por causa da falta de energia elétrica. O formato de minicampeonato com três etapas deixou tudo mais competitivo e manteve todos os competidores com chances até a última prova. Também tivemos muitos estreantes, especialmente na Turismo. São pessoas que fizeram rally pela primeira vez e serão muito bem recebidas nos próximos eventos do MG Club do Brasil”.

Marcelo Ibarra, navegador vencedor da categoria Clássico: “A prova superou as expectativas. A noturna foi muito bem elaborada, com desafios que são pegos no detalhe. A etapa diurna teve um dia lindo, e junto com a paisagem do trajeto e a primeira parada ao sítio, foi deliciosa. E foi fechada com chave de ouro no museu CARDE. Lugar lindo, bem elaborado, que te dá vontade de ficar horas lá dentro. Nossa vitória foi feita com uma parceria que nos deixou focados e alinhados, só falávamos quando tínhamos que ficar atentos às referências e ao tempo de passagem por cada uma delas, buscando minimizar os ‘erros’ de diferença. A organização, os locais e a atenção que o MG Club do Brasil tem pelos participantes tornam esta prova única”.

Antônio Marcucci, vencedor da categoria App: “O Rally de Campos do Jordão é uma prova

que não perdemos por nada. Tem o desafio de ter uma etapa noturna e o clima que o MG Club do Brasil proporciona, com a amizade e organização, não tem preço. Passamos o final de semana ao lado de amigos, cada um contando um pouco dos ‘causos’ de rallies e carros clássicos. A apuração com três provas distintas foi uma ótima sacada da organização, pois equilibra os competidores se alguém for mal em uma delas. Geralmente vamos para as provas com Pumas, temos um GTS conversível e um GTB da década de 70. Desta vez resolvemos vir com um carro mais confortável da década de 1990. O Vectra se comportou bem, tem um motor com potência razoável para as retomadas e o ar condicionado ajudou no sábado, pois estava bem quente. A visita ao CARDE que foi de cair o queixo. Mas o principal para nós é o clima de amizade e alegria do evento!”.

Fernando Leibel, vencedor da categoria Livre – “Prova noturna é sempre um desafio. E este rali teve um componente extra: não fiz com meu navegador habitual (Adriano Braz) e sim com o Dib, que foi nosso instrutor no primeiro curso de rally que fizemos. O formato de minicampeonato é muito bom. As etapas diurnas foram bem desafiadoras, porque meu carro é muito potente e as médias foram baixas. Tive que fazer boa parte da prova em primeira marcha para manter as velocidades exigidas! E a visita ao Museu CARDE foi a cereja do bolo. Que museu maravilhoso!”

Governo disponibiliza linha de crédito que incentiva o setor de Rádio e TV

O governador Tarcísio de Freitas anunciou, na terça-feira (03), na capital, a criação da Desenvolve Radiodifusão, linha de crédito especial destinada a incentivar o setor no estado de São Paulo. A iniciativa vai impulsionar a modernização de emissoras de rádio e televisão por meio da aquisição de equipamentos, investimentos e inovação com operações de até R\$ 30 milhões por projeto. No total, a Desenvolve SP, responsável pela medida, vai empregar R\$ 200 milhões nessa linha de crédito.

“Acredito que as linhas da Desenvolve SP podem ajudar no esforço da radiodifusão no ingresso da TV digital 3.0, na con-

versão das rádios AM para FM, na questão da sustentabilidade, por meio dos investimentos em energia fotovoltaica. Nossa ideia é facilitar nesse período de transição tecnológica”, disse o governador Tarcísio de Freitas.

O anúncio, realizado durante inauguração do Estúdio AESP (Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado São Paulo), contou ainda com a presença do secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima, da secretária de Comunicação, Lais Vita e com o presidente da Desenvolve SP, Ricardo Brito, além do presidente da AESP, Luiz Arthur Valverde Rodrigues Abi Chedid e outros re-

presentantes da entidade.

Com foco em empresas com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, e que mantêm suas obrigações fiscais em dia, a Desenvolve Radiodifusão é uma oportunidade para emissoras de rádio e TV que desejam investir em tecnologias avançadas e ampliar sua competitividade.

No Brasil, estima-se que existam cerca de 6.224 empresas de rádio e televisão com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, com uma parcela significativa dessas organizações localizadas em São Paulo, que é o maior mercado de mídia do país, possuindo um número relevante de empresas aptas para a

nova linha de crédito.

“É um programa muito importante para nós. Radiodifusão é um serviço essencial. Radiodifusão inclui, informa, democratiza e desenvolve, de modo que tem tudo a ver com nossos pilares e com nosso propósito. É uma oportunidade que a gente enxerga para ajudar a modernizar a radiodifusão do estado de São Paulo”, afirmou Ricardo Brito, presidente da SP Desenvolve.

Projetos financiados

A nova linha de financiamento abrange uma ampla gama de projetos, conforme abaixo:
Desenvolvimento da TV 3.0;
Conversão de rádio AM para FM;

Energia fotovoltaica;
Aquisição de máquinas e equipamentos novos;
Software e serviços correlatos; Equipamentos de informática;
Serviços técnicos especializados;
Equipes participantes do projeto;
Obras civis diretamente associadas ao projeto.
Condições e benefícios
Quem optar pela Desenvolve Radiodifusão, encontrará condições diferenciadas das que já existem no mercado, como:
Taxas de juros competitivas: a partir de 7,18% ao ano + IPCA para projetos de investimentos ou aquisição de máquinas e equi-

pamentos, ou a partir de 4,23% ao ano + TR para projetos de inovação.

Prazos flexíveis:
o Até 120 meses para projetos de investimento.
o Até 60 meses para aquisição de máquinas e equipamentos.
o Até 96 meses para projetos de inovação.

Como solicitar o crédito

O processo de solicitação é 100% online e pode ser realizado pelo site desenvolvesp.com.br. As emissoras interessadas deverão apresentar um projeto detalhado, incluindo informações financeiras e operacionais.

CESAR NETO



www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA
Sobre a Pessoa Física do vereador Paulo Frange [na suplência 2025 pelo MDB], seus advogados movem ação [de investigação judicial eleitoral], sobre candidatura fictícia [súmula TSE 73 - fraude à cota de gênero] no TRE-SP, contra 5 ‘candidaturas’ de mulheres, ...

(São Paulo)
... que teriam beneficiado as candidaturas de 4 eleitos [2024] pelo PP (ex-Arena). O único reeleito é o major (Bombeiro PM) Palumbo. Entre eleitos pela 1ª vez, a única mulher é a ex-deputada estadual Janaina Paschoal; o sargento (PM) Nantes e Murilo Lima

PREFEITURA (São Paulo)
Reeleito prefeito Ricardo Nunes (MDB) tá herdando o seu próprio maior Orçamento da história. Como foi beneficiado pela parceria do governador (SP) Tarcísio (Republicanos), vai herdar também tudo o que foi feito [pelo governo paulista] na capital

GOVERNO (São Paulo)
Tarcísio Freitas (Republicanos) criou linha de crédito [200 milhões de Reais - com até 30 milhões por veículo de comunicação] pra rádios e tvs, via Desenvolve Radiodifusão. Pode trazer pra sua candidatura 2026 o apoio de empresários e comunicadores

CONGRESSO (Brasil)
Pergunta aos 70 [deputados(as) e senadores(a) pelo Estado São Paulo: tão satisfeitos com o formato pelo qual o ex-deputado federal (PC do B - MA) e atual ministro (Supremo) Flavio Dino liberou a volta das repaginadas emendas parlamentares ?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
O que vai fazer o Lula (dono do PT) no evento do Mercosul [em Montevideo], caso não saia como ele imagina um acordo com a comunidade europeia e os sul-americanos [no Mercosul], uma vez que o protecionismo além do francês não vai acabar ?

PARTIDOS (Brasil)
Só pra causar, o deputado federal (Avante MG) Japonês pede a extinção do PL [do Costa Neto], no qual tá o ex-presidente Bolsonaro, alegando “a proteção do regime democrático”, ou então “impondo controle rigoroso”. Agora é com a PGR, dirigida pelo cristão Gonet

ANO 32
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna de política recebeu “Medalha Anchieta” da Câmara (São Paulo) e “Colar de Honra ao Mérito” da Assembleia (SP) - por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS]

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - “Não clama, porventura, a Sabedoria? E a inteligência não dá a sua voz? **Provérbios 8:1**

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00 Agência Brasil - EBC

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263 3º andar
CEP: 01332-030

Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Angelo Augusto D.A. Oliveira
Mtb. 69016/SP

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo de SP publica edital e define leilão das linhas 11-12-13 de trens metropolitanos

O Governo de São Paulo, por meio da Secretaria de Parcerias de Investimentos (SPI), publicou na terça-feira (3) o edital de parceria público-privada (PPP) do projeto de mobilidade urbana Lote Alto Tietê, que inclui as Linhas 11-Coral, 12-Safira e 13-Jade de trens metropolitanos, atualmente operadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), além do serviço do Expresso Aeroporto. A concessão irá beneficiar 4,6 milhões de habitantes da zona leste de São Paulo, além de Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Suzano, Itaquaquecetuba e Mogi das Cruzes. O leilão está marcado para 2025.

A concessão das linhas faz parte do Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP) e prevê investimentos de R\$ 13,9 bilhões no prazo de 25 anos. O projeto prevê a construção de dez novas estações para atender a população, sendo oito pela concessionária e duas pelo Metrô (Penha e Gabriela Mistral), além da reconstrução e ampliação de outras sete e a reforma das demais estações existentes.

Atualmente, as três linhas somam 102 quilômetros de extensão, com 29 estações em operação. Com a concessão, haverá a ampliação de 22,6 km nas três linhas; recuperação e modernização da rede aérea, da via permanente e do sistema de sinalização; e a aquisição de novos equipamentos e reformas necessárias para operação dos trens. A demanda estimada em 2050, segundo os estudos, é de 1,3 milhão passageiros/dia.

Expansões nas linhas e investimentos bilionários
A Linha 11 – Coral terá expan-

sões em seus dois sentidos: no Centro da cidade de São Paulo, será estendida da Estação da Luz até a Estação Palmeiras-Barra Funda e, em Mogi das Cruzes, será prolongada em mais quatro quilômetros, da Estação Estudantes até a Estação César de Sousa.

Investimentos Totais: R\$ 5,4 bilhões

Expansão até a Estação Palmeiras Barra-Funda e até a Estação César de Sousa

4 estações novas: Bom Retiro, Lajeado, César de Sousa e Penha

3 estações reconstruídas: Jundiapéba, Mogi das Cruzes e Estudantes

3 estações ampliadas: Brás, Guaianases e Braz Cubas

11 estações reformadas: Palmeiras-Barra Funda, Luz, Tatuaapé, Corinthians-Itaquera, Dom Bosco, José Bonifácio, Antônio Gianetti Neto, Ferraz de Vasconcelos, Poá, Calmon Viana e Suzano

Eliminação de todas as passagens em nível existentes na Linha 11-Coral e substituição por outros meios de transposição em desnível (passarelas, viadutos rodoviários ou passagens inferiores)

Viagens a cada 3 minutos, entre Barra Funda e Suzano

Viagens a 6 minutos, entre Suzano e Cezar de Souza

A Linha 12 – Safira terá extensão entre a Estação Calmon Viana e a Estação Suzano, com cerca de 3 km de novos trilhos e nova integração com Linha 11. Também ganhará nova integração com a Linha 13 – Jade nas futuras estações Cangaíba e Gabriela Mistral.

Investimentos totais: R\$ 3,2 bilhões

Extensão da Estação Calmon Viana até a Estação Suzano, com nova integração com a Linha 11

2 estações novas: Cangaíba e Gabriela Mistral, com integração com a Linha 13

1 estação reconstruída: Itaquaquecetuba

6 estações reformadas: USP Leste, Comendador Ermelino, São Miguel Paulista, Jardim Helena/Vila Mara, Itaim Paulista e Jardim Romano

Viagens a cada 3,25 minutos até Itaquaquecetuba

Viagens a cada 6,5 minutos até Suzano

A Linha 13 – Jade também terá expansão em seus dois sentidos: no sentido Guarulhos, será estendida da Estação Aeroporto-Guarulhos até a região de Bonsucesso, com 4 novas estações e 10,4 km de novos trilhos. Já no sentido São Paulo, será estendida até a Estação Gabriela Mistral, com 2 novas estações e 5,2 km de extensão.

Investimentos totais Linha 13 – Jade e Serviço Expresso Aeroporto: R\$ 3,3 bilhões

Expansão até Bonsucesso, com 4 novas estações: Jardim dos Eucaliptos, São João, Presidente Dutra e Bonsucesso, em 10,4km de novos trechos.

Expansão até Gabriela Mistral, com 2 novas estações: Cangaíba e Gabriela Mistral, com 5,2 km de extensão.

Novas integrações com a Linha 12 – Safira (Cangaíba e Gabriela Mistral) e Linha 2 – Verde do Metrô (Gabriela Mistral).

3 estações reformadas: Engenheiro Goulart, Guarulhos-CECAP, Aeroporto-Guarulhos

Viagens a cada 10 minutos

O Serviço Expresso Aeroporto também terá melhorias, com a inclusão da Estação Gabriela

Mistral e diminuição do intervalo entre os trens, com viagens a cada 60 min (vale) e 30 min (pico). O leilão do Lote Alto Tietê acontecerá no primeiro trimestre de 2025.

“O novo contrato de concessão tem uma série de inovações e melhorias regulatórias. No projeto, estamos prevendo um programa de investimentos iniciais, uma fase de transição operacional de 24 meses, com previsão de treinamentos e operação assistida para possibilitar uma melhor transição entre CPTM e o novo operador, além de estudos para resiliência climática e eventos climáticos extremos. O leilão está marcado para o dia 28 de março de 2025, na sede da B3, em São Paulo”, afirma Rafael Benini, secretário de Parcerias em Investimentos (SPI).

Participação popular

Entre os meses de junho e julho, a Secretaria de Parcerias em Investimentos realizou a consulta e as audiências públicas para receber sugestões da população a respeito do projeto. Ao todo, foram cerca de 1,2 mil contribuições recebidas. Os questionamentos foram respondidos e as sugestões pertinentes foram incorporadas aos documentos referentes à licitação.

PPI-SP

O projeto de concessão do Lote Alto Tietê faz parte do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI-SP) que tem como objetivo ampliar as oportunidades de investimento, emprego, desenvolvimento socioeconômico, tecnológico, ambiental e industrial em São Paulo. Ao todo, são 25 projetos qualificados e uma carteira que soma mais de R\$ 500 bilhões.

Aeronaves se chocam no Aeroporto de Congonhas durante taxiamento

Duas aeronaves da companhia Latam colidiram no pátio do Aeroporto de Congonhas, na manhã da terça-feira (3) pela manhã. Ambas estavam fazendo taxiamento, termo usado para designar o deslocamento para estação, pousar ou decolar.

Em nota, a Latam informou

que nem tripulantes, nem passageiros ficaram expostos a riscos ou ficaram feridos, desembarcando “normalmente e em total segurança”. A companhia afirmou que as aeronaves que se chocaram foram encaminhadas a inspeções e que os clientes a bordo de seu voo foram acom-

dados em outros.

“A Latam colabora com as investigações do Cenipa (Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos) para o esclarecimento do evento”, escreveu.

“Latam lamenta os transtornos e ressalta que adota todas

as medidas técnicas e operacionais para garantir uma viagem segura para todos”, acrescentou.

A Agência Brasil procurou a empresa que administra o aeroporto, a Aena Brasil, para obter mais detalhes sobre o acidente e aguarda retorno. (Agência Brasil)

Licenciamento 2024 chega ao fim em dezembro com placas de final 0 no estado de São Paulo

Veículos com placas de final 0 (zero) devem ter seu licenciamento realizado em dezembro. O mês encerra o calendário do licenciamento 2024. O cronograma, definido pela Portaria nº 17/2023, estipulou prazo diferente para os veículos de carga (caminhão e trator), de setembro a dezembro.

A condução de veículo não licenciado tem sido a segunda maior causa de multa de trânsito neste ano no estado, segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), órgão vinculado à

Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD). A infração, considerada gravíssima, é punida com multa de R\$ 293,47, sete pontos na CNH e remoção do veículo a pátio, segundo o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Para recuperar o veículo, o proprietário deverá pagar todas as dívidas pendentes, assim como o valor da remoção e estadia no pátio. Em 2023, mais de 125 mil veículos foram recolhidos por falta de licenciamento no estado.

Como fazer o licenciamento
Para realizar o licenciamento,

o responsável pelo veículo deve informar o número do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam) e pagar a taxa em um dos bancos conveniados (Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Safra e Santander), via internet banking, aplicativo ou caixa eletrônico.

Após o pagamento, o condutor deve baixar ou imprimir em papel sulfite comum o documento digital atualizado pelo portal do Detran-SP (detran.sp.gov.br), do Poupatempo (poupatempo.

sp.gov.br) ou da Senatran (portalservicos.senatran.serpro.gov.br), ou pelos aplicativos Detran-SP, Poupatempo Digital e Carteira Digital de Trânsito (CDT). O documento pode ser salvo no celular do motorista ou guardado em formato de papel.

Vale ressaltar que, se o veículo tiver pendência, como IPVA não pago, multas e outras questões, o licenciamento não será concluído, mesmo que haja o pagamento da taxa, resultando no bloqueio do documento atualizado.

Economia cresce 0,9% no terceiro trimestre de 2024, diz IBGE

A economia cresceu 0,9% na passagem do segundo para o terceiro trimestre do ano, empurrada pela indústria e pelo setor de serviços, na 13ª expansão consecutiva. Em relação ao terceiro trimestre de 2023, o Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de todos os bens e serviços produzidos no país) apresentou alta de 4%.

No acumulado de quatro trimestres, o crescimento da economia do país soma 3,1%. Os dados foram divulgados na terça-feira (3), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em valores correntes, o PIB chega a R\$ 3 trilhões de reais.

Em um recorte setorial, os serviços e a indústria cresceram 0,9% e 0,6% respectivamente, na passagem do segundo para o terceiro trimestre. Já a agropecuária foi o único setor que registrou queda, de 0,9%.

Com os resultados divulgados, o PIB e o setor de serviços renovam patamares recordes. Por outro lado, a indústria se encon-

tra 4,7% abaixo do pico, alcançada no 3º trimestre de 2013.

A alta de 0,9% no trimestre ficou abaixo do crescimento de 1,4% apurado na passagem do primeiro para o segundo trimestre de 2024.

Emprego e renda

A coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis, atribui o resultado positivo do trimestre a fatores relacionados a emprego e renda.

“A gente continua com vários efeitos positivos, como o mercado de trabalho, a inflação está acima da meta, mas não está em níveis altíssimos, e o governo continua com a política de transferência de renda”, enumera, lembrando que a taxa de desocupação atingiu patamares mínimos historicamente.

Palis pondera que a desaceleração frente ao crescimento apurado no segundo trimestre (1,4% para 0,9%) não é ainda impacto do aumento, em setembro, da taxa básica de juros, por parte do Comitê de Política Monetária (Co-

pom), passando de 10,5% para 10,75% ao ano.

“Demora um tempo para ter um efeito maior sobre a atividade econômica. O terceiro trimestre não tem tanto esse impacto, apesar de o juro estar em um patamar elevado”, diz.

Ela acrescenta que a base de comparação é alta, o que faz com que aumentos sejam menos expressivos.

Nas atividades de serviços – setor com maior participação no PIB – as altas ficaram por conta de Informação e comunicação (2,1%); outras atividades de serviços (1,7%); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (1,5%); atividades imobiliárias (1%); comércio (0,8%); transporte, armazenagem e correio (0,6%) e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (0,5%).

Na indústria, houve alta de 1,3% nas indústrias de transformação – seguimento que transforma matéria-prima em um produto final ou intermediário, que vai ser novamente modificado

por outra indústria. Em contrapartida, caíram construção (-1,7%); eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,4%) e indústrias extrativas (-0,3%).

Os técnicos do IBGE calcularam que o investimento no terceiro trimestre, chamado de formação bruta de capital fixo, cresceu 2,1% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Os consumos das famílias (1,5%) e do governo (0,8%) também tiveram expansão.

As exportações apresentaram queda de 0,6%, enquanto as importações cresceram 1%.

Altas seguidas

Na comparação com o terceiro trimestre de 2023, a alta de 4% é a 15ª seguida. Na base comparativa, os serviços tiveram novamente maior expansão, de 4,1%, com destaque para a alta de formação e comunicação (7,8%) e outras atividades de serviços (6,4%).

A indústria cresceu 3,6%, com destaque para construção

(5,7%) e indústrias de transformação (4,2%), que foi influenciada, principalmente, pela fabricação de veículos automotores; outros equipamentos de transporte; móveis e produtos químicos.

A agropecuária recuou 0,8%. De acordo com o comunicado do IBGE, “alguns produtos, cujas safras são significativas no terceiro trimestre, apresentaram queda na estimativa de produção anual e perda de produtividade, como cana (-1,2%), milho (-11,9%) e laranja (-14,9%)”.

O instituto contextualiza que esses recuos apagaram o bom desempenho de culturas como algodão (14,5%), trigo (5,3%) e café (0,3%), que também possuem safras relevantes no período.

“Já era de se esperar, desde o começo do ano, e esse comportamento, ao longo do tempo, foi piorando, muito por conta das questões climáticas da seca, que têm acontecido no Brasil”, diz Rebeca Palis.

O IBGE destaca que a melhora no mercado de trabalho, que se reflete no aumento da massa

salarial, e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, colaboraram para o consumo das famílias crescer 5,5% na comparação com o terceiro trimestre de 2023 – 14º trimestre seguido de alta.

Na mesma comparação, a despesa do governo cresceu 1,3%.

A taxa de investimento no terceiro trimestre de 2024 foi de 17,6%, o que representa um crescimento em relação à observada no mesmo período do ano anterior (16,4%).

Acumulado do ano

No acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2024, o PIB cresceu 3,3% em relação a igual período de 2023. Nessa comparação, a agropecuária (-3,5%) caiu, enquanto a indústria (3,5%) e os serviços (3,8%) apresentaram expansão.

Revisão para cima

O IBGE informou também que o PIB de 2023, anteriormente um crescimento de 2,9%, foi revisado para 3,2%. (Agência Brasil)

Agroindústrias terão R\$ 546,6 bilhões em investimentos até 2029

O governo federal apresentou na terça-feira (3) os investimentos que estão sendo feitos para impulsionar cadeias agroindustriais sustentáveis e digitais até 2029. Os recursos somam R\$ 546,6 bilhões, sendo R\$ 296,3 bilhões do setor privado e R\$ 250,2 bilhões em linhas de crédito do poder público.

Durante cerimônia no Palácio do Planalto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou um decreto criando o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para a Agricultura Familiar e Agroecologia (PNPI-AF). O objetivo é promover ações de pesquisa e inovação voltadas para a agricultura familiar, com ênfase na transição agroecológica, nos territórios, na preservação dos biomas e na sustentabilidade dos agroecossistemas.

“O impulso é para uma indústria mais inovadora, depois uma indústria mais verde, uma indústria mais sustentável”, disse o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,

Geraldo Alckmin, sobre os diversos atos anunciados.

Os projetos estão ligados à Missão 1 da Nova Indústria Brasil (NIB). Lançada em janeiro deste ano, a NIB é uma política industrial com seis missões relacionadas à ampliação da autonomia, transição ecológica e modernização do parque industrial. O programa foca nos setores da agroindústria, saúde, infraestrutura urbana, tecnologia da informação, bioeconomia e defesa e visa impulsionar o desenvolvimento nacional até 2033 com instrumentos como subsídios, empréstimos com juros reduzidos e ampliação de investimentos.

Dos recursos públicos para a Missão 1, R\$ 198,1 bilhões já foram alocados em 2023 e 2024 e R\$ 52,18 bilhões estão disponíveis para até 2026. Já os valores do setor privado devem ser investidos até 2029, envolvendo 10 organizações e associações agroindustriais.

Entre as prioridades da missão estão a disseminação do uso da agricultura de precisão,

com estímulo à produção nacional de drones, e o adensamento da cadeia de produção de fertilizantes e biofertilizantes, para reduzir a dependência brasileira desses insumos importados. Além disso, o governo quer fortalecer a produção nacional de máquinas agrícolas e suas partes e componentes.

Mais crédito

A novidade anunciada é que o Banco do Brasil passa a compor o Plano Mais Produção (P+P) como novo braço de financiamento da NIB, com R\$ 101 bilhões. Com isso, os recursos para a política industrial alcançam R\$ 507 bi em linhas de crédito.

Além do Banco do Brasil, o Plano Mais Produção disponibiliza recursos por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R\$ 259 bi), Caixa (R\$ 63 bi), Finep – empresa pública ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (R\$ 51,6 bi), Banco do Nordeste (R\$ 16,7 bi), Banco da Amazônia (R\$ 14,4 bilhões) e

Embrapii (R\$ 1 bi).

Durante o evento, o Ministério da Agricultura e Pecuária e a Petrobras assinaram acordo para fortalecer a produção e o desenvolvimento de fertilizantes e insumos para nutrição de plantas. O termo prevê a ampliação e modernização de fábricas para produção nacional de fertilizantes; capacitação de profissionais; desenvolvimento de tecnologias avançadas; aprimoramento da infraestrutura e logística; transferência de tecnologia; além do desenvolvimento rural sustentável.

O Banco do Nordeste (BNB) também assinou contrato com a empresa Inpasa para o financiamento de uma nova fábrica de etanol de milho e sorgo no Maranhão. Com financiamento de R\$ 600 milhões do BNB, o projeto terá um investimento total de R\$ 1,3 bilhão, incluindo os recursos privados.

Além disso, a Finep assinou dois contratos, de R\$ 250 milhões cada, para o desenvolvimento de produtos inovadores para o setor agropecuário. O

primeiro deles foi com a empresa Ouro Fino Saúde Animal para o desenvolvimento da primeira vacina de dose única do mundo contra a doença de Glässer para suínos.

O outro acordo da Finep foi com a Lar Cooperativa Agroindustrial e prevê o desenvolvimento de soluções ligadas a alimentos e suprimentos para aves, buscando a automação dos processos e o uso de novas tecnologias.

Metas

Uma das metas da Missão 1 da NIB política é elevar o crescimento do PIB Renda Agroindústria (produção de riqueza pela ótima da renda) para 3% ao ano, em 2026, e 6% ao ano, em 2033. Em 2023, o PIB Renda da agroindústria em 2023 foi de R\$ 761 bilhões e a média do crescimento de 2019 a 2023 foi de 1,75%.

Outro objetivo é aumentar a mecanização da agricultura familiar para 28%, em 2026, e 35%, em 2033. De acordo com o Censo Agropecuário do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, a taxa de mecanização da agricultura familiar alcançava 25%.

A terceira meta é aumentar a tecnificação da agricultura familiar para 43%, em 2026, e 66%, em 2033. Tecnificação é o uso de equipamentos e tecnologias agrícolas que vão além da mecanização. Atualmente, apenas 35% dos estabelecimentos são tecnificados.

Atração de investimentos

Durante o evento, Alckmin apresentou um balanço dos investimentos privados já anunciados no âmbito da NIB, no total de R\$ 1,831 trilhão. Para o setor de infraestrutura urbana, foi destinado 1,06 trilhão; para Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), R\$ 100,7 bilhões; para o setor automotivo, R\$ 130 bilhões; para a agroindústria, R\$ 296,3 bilhões. Também foram destinados R\$ 100 bilhões para o setor de aço, R\$ 105 bilhões para o setor de papel e celulose e R\$ 39,5 bilhões para a saúde. (Agência Brasil)

Superávit primário atinge segundo maior valor da história para outubro

Em um mês tradicionalmente de forte entrada de recursos no caixa do governo, as contas públicas surpreenderam. Em outubro, as contas do governo central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registraram superávit primário de R\$ 40,811 bilhões. O valor representa aumento real (acima da inflação) de 114,9% em relação ao mesmo mês do ano passado, quando o superávit tinha atingido R\$ 18,124 bilhões.

Esse é o segundo melhor superávit para meses de outubro desde o início da série histórica, em 1997. O valor só perde para outubro de 2016, quando o resultado positivo tinha ficado em R\$ 40,872 bilhões, motivado pela repatriação de recursos do exterior naquele ano.

O resultado veio melhor que o esperado pelas instituições financeiras. Segundo a pesquisa Prisma Fiscal, divulgada todos os meses pelo Ministério da Fazenda, os analistas de mercado esperavam resultado positivo de R\$ 32 bilhões em outubro.

As contas do governo central foram divulgadas com uma

semana de atraso por causa da greve do Tesouro Nacional, que acabou na sexta-feira (29).

Com o resultado positivo de outubro, o rombo nas contas públicas ficou menor no acumulado do ano. Nos dez primeiros meses de 2024, o governo central registra déficit primário de R\$ 64,376 bilhões. No mesmo período do ano passado, havia déficit primário de R\$ 76,206 bilhões.

O resultado primário representa a diferença entre as receitas e os gastos, desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano e o novo arcabouço fiscal estabelecem meta de déficit primário zero, com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) para cima ou para baixo, para o governo central. No limite inferior da meta, isso equivale a déficit de até R\$ 28,75 bilhões.

Na sexta-feira, a edição especial do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas projetou déficit primário de R\$ 64,426 bilhões para o governo central, o

equivalente a um resultado negativo de 0,56% do PIB. A conta, no entanto, inclui gastos fora do arcabouço fiscal, como o pagamento de precatórios e os créditos extraordinários para reconstruir o Rio Grande do Sul e combater incêndios florestais.

Ao considerar apenas os gastos dentro do arcabouço, a previsão de déficit primário cai para R\$ 27,747 bilhões, dentro da margem de tolerância de R\$ 28,75 bilhões. O resultado deste ano está sendo ajudado pelas receitas extraordinárias da taxação dos fundos exclusivos, da reoneração dos combustíveis e do crescimento econômico, que se reflete no pagamento de mais tributos.

Receitas

Na comparação com outubro do ano passado, as receitas subiram, mas as despesas caíram se descontada a inflação. No mês retrasado, as receitas líquidas subiram 16,2% em valores nominais. Descontada a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a alta chega a 10,9%. No mesmo período, as despesas totais subiram

4% em valores nominais, mas recuaram 0,7% após descontar a inflação.

O superávit primário foi impulsionado pela arrecadação federal recorde em outubro. Se considerar apenas as receitas administradas (relativas ao pagamento de tributos), houve alta de 14,5% em outubro na comparação com o mesmo mês do ano passado, já descontada a inflação.

Os principais destaques foram o aumento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), decorrente da recomposição de tributos sobre os combustíveis e da recuperação da economia, e o aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte, por causa da tributação sobre os fundos exclusivos, que entrou em vigor no fim do ano passado. A alta do lucro trimestral de empresas, principalmente financeiras, também beneficiou o caixa do Tesouro.

As receitas não administradas pela Receita Federal subiram 5,9% acima da inflação na mesma comparação, puxadas pela transferência de R\$ 6,2 bilhões de de-

pósitos judiciais da Caixa Econômica Federal para o Tesouro Nacional. Essa alta compensou a queda de R\$ 2,158 bilhões nos royalties, decorrente da queda do petróleo no mercado internacional.

Despesas

Quanto aos gastos, o principal fator de alta foi com a Previdência Social, que subiu 3,8% acima da inflação, devido ao aumento do número de beneficiários e à política de valorização do salário-mínimo. Os gastos com o Benefício de Prestação Continuada (BPC) saltaram 14,2% acima da inflação, pelos mesmos motivos.

Por causa da revisão de cadastros do Bolsa Família, os gastos com despesas obrigatórias com controle de fluxo (que engloba os programas sociais) caíram 3,6% em outubro, descontada a inflação na comparação com o mesmo mês do ano passado. Também subiram gastos com créditos extraordinários (R\$ 1,1 bilhão acima da inflação), impulsionados pela reconstrução do Rio Grande do Sul.

Os gastos discricionários (não obrigatórios) caíram R\$ 5,99

bilhões descontada a inflação. Desse total, reflexo dos bloqueios no Orçamento em vigor desde julho. As maiores quedas, em valores corrigidos pela inflação, foram observadas nas despesas com saúde (R\$ 2,4 bilhões) e defesa (R\$ 1,1 bilhão).

Os gastos com o funcionalismo federal cresceram R\$ 2,84 bilhões (1%), descontada a inflação nos dez primeiros meses do ano em relação ao mesmo período do ano passado. A alta foi compensada pela quitação de precatórios no início do ano, o que diminuiu em 48,2%, descontada a inflação, o pagamento de sentenças judiciais.

Quanto aos investimentos (obras públicas e compra de equipamentos), o total nos dez primeiros meses do ano somou R\$ 58,304 bilhões. O valor representa alta de 9,1% acima do IPCA em relação ao mesmo período de 2023. Nos últimos meses, essa despesa tem alternado momentos de crescimento e de queda, descontada a inflação. O Tesouro atribui a volatilidade ao ritmo variável no fluxo de obras públicas. (Agência Brasil)

Debate sobre desinformação adia votação de projeto que regula IA

A votação do projeto de lei que pretende regular a Inteligência Artificial (IA) no Brasil foi adiada em Comissão do Senado, na terça-feira (3), devido à posição contrária de parlamentares da oposição sobre a exigência de que os sistemas de IA respeitem a integridade da informação e combatam a desinformação. Foi dado um prazo até a próxima quinta-feira (5) para que a Comissão Especial criada para analisar o tema chegue a um consenso.

“Existem ainda pontos do relatório cuja redação gerou questionamentos por parte da oposição e do governo. Esses pontos o relator concordou que dará 48 horas para que os dois lados se manifestem e nós faremos a votação na próxima quinta-feira (5)”, explicou o presidente da Comissão, o senador Carlos Viana (Podemos-MG).

De acordo com o relator, o senador Eduardo Gomes (PL-TO), parlamentares da oposição são contrários aos trechos do projeto que exigem a integridade da informação produzida por inteligência artificial.

O artigo 2º do projeto de lei 2.338 de 2023, de autoria do pre-

sidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), determina que o desenvolvimento e o uso dos sistemas de IA têm como fundamento a “integridade da informação mediante a proteção e a promoção da confiabilidade, precisão e consistência das informações”.

Em outro trecho, o projeto de lei determina que, antes de disponibilizar um sistema de IA no mercado, é preciso demonstrar, por meio de testes, que o sistema pode identificar e reduzir riscos à integridade da informação e contra “a disseminação de desinformação e de discursos que promovam o ódio ou a violência”.

Debate

Assim como ocorreu no debate sobre o chamado projeto de lei das fake news durante a tramitação na Câmara dos Deputados, parlamentares de oposição têm argumentado que a inclusão desses dispositivos poderia levar à censura de conteúdos na internet.

O senador Marcos Rogério (PL-RO) apresentou emenda para suprimir a exigência de integridade da informação em sistemas de IA, alegando que a autoridade

criada para supervisionar a IA no Brasil teria o poder de definir quais conteúdos as plataformas teriam que remover.

Ao realizar modificações no texto, o relator Eduardo Gomes afirmou que “o conceito de integridade da informação foi revisado para deixar explícito que é instrumental para a promoção da liberdade de expressão, e não ser instrumentalizado para fins de censura ou violação a outros direitos fundamentais”.

O especialista em direito digital Alexandre Gonzales, que atua na Coalizão Direitos na Rede, organização que reúne 50 entidades que militam por direitos na internet, destacou à Agência Brasil que o argumento de que o combate à desinformação é censura não é válido porque a análise da integridade da informação não seria feita em casos ou perfis específicos com risco de censura, mas no sistema de IA como um todo.

“Essa parte do projeto exige por parte das grandes empresas, por meio da autoridade que vai coordenar esse processo de governança e regulação, que elas apresentem um mínimo de avali-

ação de relatório sobre como elas percebem que os sistemas delas estão atuando em relação a uma série de possíveis riscos”, explicou.

Na terça-feira (3), o relator do projeto Eduardo Gomes excluiu os sistemas de IA usados por plataformas digitais, as chamadas *big techs*, do rol de IAs consideradas de alto risco.

Projeto

De autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD/MG), o texto estabelece os princípios fundamentais para o desenvolvimento e uso de IA. Ele define que a tecnologia deve ser transparente, segura, confiável, ética, livre de vieses discriminatórios, respeitando os direitos humanos e valores democráticos. Além disso, o projeto exige que sejam contemplados o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a livre iniciativa e a livre concorrência.

O projeto ainda define quais sistemas de IA devem ser considerados de alto risco e, por isso, precisam de uma regulação mais rígida, além de proibir o desenvolvimento de tecnologias que

causem danos à saúde, segurança ou outros direitos fundamentais.

Também proíbe que o poder público crie sistemas que classifiquem ou ranqueie pessoas com base no comportamento social para acesso a bens e serviços e políticas públicas “de forma ilegítima ou desproporcional” ou que facilite o abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

Governança

Dois estruturas de governança para regulação da tecnologia estão previstas para fiscalizar a aplicação da legislação, com a criação do Sistema Nacional de Regulação e Governança de IA (SIA), responsável por “exercer competência normativa, regulatória, fiscalizatória e sancionatória plena para desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial para atividades econômicas em que não haja órgão ou ente regulador setorial específico”.

Caberá ao SIA ainda regular a classificação dos sistemas de IA de alto risco, aqueles que devem ter um monitoramento mais

rígido, incluindo análises permanentes do impacto algorítmico, ou seja, uma avaliação de como o algoritmo está atuando.

O outro órgão é o Conselho de Cooperação Regulatória Permanente (CRIPA), ligado ao Ministério do Trabalho, e que deve regular as relações trabalhistas impactadas por IA. Entre os objetivos do CRIPA está o de valorizar as negociações coletivas, potencializar os efeitos positivos da IA aos trabalhadores, além de “mitigar os potenciais impactos negativos aos trabalhadores, em especial os riscos de deslocamento de emprego e oportunidades de carreira relacionadas a IA”.

Além dessas estruturas ligadas ao Poder Executivo, os agentes que trabalham com IA deverão, de acordo com o projeto, ter estruturas internas de governança e análise dos riscos potenciais que podem ser causados pelas ferramentas desenvolvidas. Esses agentes privados também precisarão classificar os sistemas de IA de acordo com os níveis de risco, com regras mais rígidas de aplicação e monitoramento para os sistemas considerados de alto risco. (Agência Brasil)

Terras indígenas da Amazônia influenciam chuvas que abastecem o agro

Estudo divulgado na terça-feira (2) pelo Instituto Serrapilheira indica que terras indígenas da Amazônia influenciam as chuvas que abastecem 80% da área das atividades agropecuárias no país.

Os dados indicam que, em 2021, a renda econômica do setor agrícola nas áreas mais beneficiadas por essa dinâmica chegou a R\$ 338 bilhões — 57% do total nacional.

“A conclusão é que o impacto da preservação das TIs [terras indígenas] vai além do meio ambiente, destacando-se como peça-chave para a segurança hí-

drica, alimentar e econômica do Brasil”, destacou o instituto.

Estados

O estudo revela que pelo menos 18 estados e o Distrito Federal encontram-se parcial ou totalmente dentro da área de influência de terras indígenas amazônicas.

“Em estados como o Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná, há regiões onde a chuva proveniente da reciclagem de água feita pelas florestas das TIs amazônicas chega a um terço do total anual de cada local.”

De acordo com o instituto, até 30% da chuva média que cai sobre as terras agropecuárias do país está diretamente relacionada à eficiente reciclagem de água nesses territórios.

Apesar das conclusões, Rondônia e Mato Grosso, que figuram entre os nove estados mais influenciados por essa chuva, estão entre os que mais desmataram florestas desde 1985.

Segurança alimentar

Os dados mostram que as chuvas provenientes dessas terras indígenas também contribu-

em diretamente para a segurança alimentar nacional, uma vez que a participação da agricultura familiar no valor da produção total supera 50% em vários estados influenciados.

“Na prática, a Amazônia ‘irriga’ grande parte do país por meio dos chamados ‘rios voadores’: a umidade reciclada nas florestas das terras indígenas amazônicas é transportada pela atmosfera e se torna chuva em outras regiões do Brasil, como o Centro-Oeste e o Sul”, destacou o Instituto Serrapilheira.

Esse mecanismo natural de

geração de chuva, segundo o estudo, depende da manutenção de áreas de florestas nativas conservadas, responsáveis pelo bombeamento de umidade para a atmosfera.

Entenda

As terras indígenas ocupam atualmente cerca de 23% da chamada Amazônia Legal, incluem mais de 450 territórios e abrigam cerca de 403,6 mil pessoas.

“Elas atuam como barreira ao desmatamento ao longo da história: dos 4,4 milhões de hectares desmatados no bioma Ama-

zônia entre 2019 e 2023, apenas 3% (130,2 mil hectares) ocorreram dentro de TIs.”

De acordo com o instituto, isso acontece porque grande parte das atividades desenvolvidas em terras indígenas é realizada de maneira integrada ao ecossistema, envolvendo formas de uso e manejo que não necessariamente implicam remoção da vegetação nativa.

“Existe, assim, relação intrínseca entre a proteção territorial de povos indígenas e a conservação de ecossistemas”, concluiu. (Agência Brasil)

STF já condenou 310 pessoas por atos golpistas em 8 de janeiro

O Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou 310 pessoas acusadas de envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O número foi divulgado pela Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão responsável pela acusações, na terça-feira (3).

De acordo com a procuradoria, 2 anos após os atos, 229 foram condenados como executores dos atos e 81 na condição de incitadores.

As condenações dos executores variam entre 15 anos e 17 anos de prisão, por crimes de as-

sociação criminosa armada, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

No caso dos acusados de incitação aos atos, as condenações são de 1 ano de prisão, mas foram substituídas por prestação de serviços comunitários e a presença em um curso sobre democracia.

Os condenados também estão com o passaporte retido, porte de arma revogado e deverão

pagar, solidariamente, o valor de R\$ 5 milhões por danos morais coletivos.

O levantamento da PGR também mostra que 500 acusados assinaram acordo de não persecução penal e seus processos foram encerrados.

O acordo permite que os acusados que não participaram diretamente dos atos de depreciação do Congresso, do Palácio do Planalto e do Supremo possam confessar os crimes em troca de medidas diversas da prisão. (Agência Brasil)

Canal por voz no Gov.br facilita acesso a pessoas com deficiência

A partir da terça-feira (3), os mais de 4.300 serviços públicos digitais disponíveis no portal Gov.br estarão acessíveis também a pessoas com deficiência visual ou dificuldades para digitar. A inserção de uma nova funcionalidade, a busca por voz, foi anunciada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Dia Internacional da Pessoa Com Deficiência.

Segundo o ministério, a ferramenta foi desenvolvida para ampliar a inclusão digital, possibilitando que pessoas com deficiência acessem o Gov.Br usando celulares ou computadores.

Neste primeiro momento, a funcionalidade estará disponível apenas para celulares Android, usados pela maioria dos brasileiros, e em navegadores como o Chrome e Edge. Em breve, a ferramenta também estará disponível para dispositivos que usam IOS e no navegador Safari.

“Temos um olhar de não deixar ninguém para trás na transformação digital. Esta funcionalidade vai simplificar a vida tanto das pessoas com deficiência visual quanto daquelas que possuem alguma dificuldade em digitar”, garantiu o secretário de Governo Digital, Rogério Mascarenhas.

Este ano, a Secretaria de Governo Digital, em conjunto com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), já tinham feito melhorias na plataforma Vlibras, de forma a permitir que pessoas surdas acessem conteúdo multimedial em sua língua natural de comunicação, o que contribuiu com a acessibilidade em computadores, dispositivos móveis e páginas Web.

“Entre as inovações, está a adição de mais de 1.680 sinais. Além disso, mais de 90% dos serviços do portal Gov.br já foram tratados no Vlibras”, explicou o MGI. (Agência Brasil)

Big tech é excluída do rol de Inteligência Artificial de alto risco

O dispositivo que considerava como sendo de alto risco os sistemas de Inteligência Artificial (IA) usados pelas plataformas digitais, as chamadas *big techs*, para produção, análise, recomendação e distribuição de conteúdos foi excluído, na terça-feira (3), do projeto de lei que regula a IA no Brasil.

São considerados de alto risco os sistemas de IA que podem causar danos às pessoas ou à sociedade. De acordo com o relator, senador Eduardo Gomes (PL-TO), a retirada desse trecho foi um acordo entre as bancadas para fazer o texto avançar na Comissão Especial do Senado criada para analisar o tema.

O projeto de lei 2.338 de 2023, de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), determina que sistemas de IA considerados de alto risco deve ser submetidos a regras mais rígidas de governança, monitoramento e fiscalização.

O texto define como de alto

risco uma série de casos, entre eles, os sistemas de inteligência artificial que impactam na saúde e segurança das pessoas, como no diagnóstico médico, ou os que podem ser usados para seleção de trabalhadores em empregos, para a seleção de estudantes em instituição de ensino ou no atendimento de serviços públicos.

O trecho que se referia às *big techs* afirmava que seria considerada uma IA de alto risco o sistema de “produção, curadoria, difusão, recomendação e distribuição, em grande escala e significativamente automatizada, de conteúdo por provedores de aplicação, com objetivo de maximização do tempo de uso e engajamento das pessoas ou grupos afetados”.

A coordenadora de incidência da organização Repórter Sem Fronteiras na América Latina, Bia Barbosa, que tem pressionado para a aprovação do projeto, avaliou que o trecho foi retirado por pressão das plataformas digitais.

“Não faz nenhum sentido um projeto de lei de regulação de IA que não trate dos sistemas de recomendação e moderação de conteúdo, que são sistemas de alto risco. Só que as plataformas, assim como fazem em todos os países do mundo, se opõem de maneira significativa a qualquer regulação que venha afetar os seus negócios e, aqui no Brasil, elas têm um aliado muito significativo, que são os parlamentares de extrema-direita”, destacou a especialista.

Barbosa citou a desinformação em massa em eleições, na pandemia de covid-19 e os ataques à democracia por meio das redes sociais como exemplos de danos que os sistemas de recomendação de conteúdos via IA das plataformas podem causar às pessoas e à sociedade.

Apesar dessa mudança, foi adiada para a próxima quinta-feira (5) a votação do projeto na Comissão. Havia a expectativa de que o tema fosse aprovado nes-

sa terça-feira. O adiamento ocorreu porque não houve consenso entre os parlamentares em relação aos trechos que exigem a integridade da informação para sistemas de IA.

Projeto

O projeto que regulamenta a inteligência artificial no Brasil também estabelece os princípios fundamentais para o desenvolvimento e uso de IA. Ele define que a tecnologia deve ser transparente, segura, confiável, ética, livre de vieses discriminatórios, respeitando os direitos humanos e valores democráticos. O projeto exige também que sejam contemplados o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a livre iniciativa e a livre concorrência.

Além de enumerar os sistemas de IA considerados de alto risco, o projeto proíbe o desenvolvimento de alguns tipos de tecnologias de IA que causem danos à saúde, à segurança ou a outros direitos fundamentais.

O projeto proíbe, por exemplo, que o poder público crie sistemas que classifiquem ou ranqueie pessoas com base no comportamento social para acesso a bens e serviços ou a políticas públicas “de forma ilegítima ou desproporcional” ou de sistemas de IA que facilite o abuso ou exploração sexual de crianças e adolescentes.

Alto risco

De acordo com o artigo 14 do projeto, são considerados sistemas de alto risco aqueles de controle de trânsito, de redes de abastecimento de água, eletricidade e “quando houver risco relevante à integridade física das pessoas”.

Também são considerados sistemas de IA de alto risco aqueles aplicados na educação e formação profissionais para determinar acesso à instituição de ensino ou de monitoramento de estudantes, além dos sistemas usados para recrutamento de trabalhadores ou para promoções no

trabalho.

Sistemas de IA de “repartição de tarefas e controle e avaliação do desempenho e do comportamento das pessoas nas áreas de emprego, gestão de trabalhadores e acesso ao emprego por conta própria” também são considerados de alto risco.

Outros exemplos são sistemas de IA para avaliação de prioridades em serviços públicos essenciais, como bombeiros e assistência médica. Também são citados no texto os sistemas de inteligência artificial usados pela Justiça para investigação de crimes, ou que tenham risco para as liberdades individuais ou ao Estado Democrático de Direito.

Os sistemas de IA na área da saúde, como para auxiliar no diagnóstico e procedimentos médicos, e para o desenvolvimento de veículos autônomos em espaços públicos são outros exemplos de sistemas de alto risco de inteligência artificial listados pelo projeto. (Agência Brasil)